

Entre políticas de currículo e escolas: que caminhos conduzem as discussões do GT de Currículo da ANPEd?

Between curricular policies and schools: what paths lead the discussions of the ANPEd's Curriculum GT?

Entre políticas de currículo y escuelas: que caminos conducen a las discusiones de el GT de Currículo de la Anped?

*Paulo Melgaço da Silva Junior¹
Leandro Conceição Borges²*

Citação: SILVA Jr., P. M.; BORGES, L. C. Entre políticas de currículo e escolas: que caminhos conduzem as discussões do GT de Currículo da Anped? *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 19. Dezembro de 2017.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar como estão sendo discutidas e problematizadas as políticas curriculares nos últimos anos. Para tal, são analisados os textos apresentados no GT de Currículo na ANPEd no período de 2010 a 2015, buscando identificar os principais recortes temáticos, os referenciais teórico-metodológicos e como estes dialogam com as propostas preconizadas por Ball e Laclau. Foi possível verificar como o método ciclo de políticas e a teoria do discurso são provisoriamente hegemônicos entre os referenciais teórico-metodológicos discutidos, contudo diversos textos não levaram em consideração os sujeitos encarnados que vivenciam o cotidiano escolar.

Palavras-chave: Política de currículo; ANPEd; Ciclo de políticas; Teoria do discurso.

Abstract

This article aims to investigate how curricular policies are being discussed and problematized in recent years. To do it, the texts presented in the Curriculum GT in the ANPEd are analyzed in the period from 2010 to 2015, seeking to identify the main thematic excerpts, the theoretical-methodological references and how they dialogue with the proposals advocated by Ball and Laclau. It was possible to verify how the Policy Cycle Analysis and Discourse Theory are provisionally hegemonic among the theoretical-methodological references discussed, yet several texts did not take into consideration the incarnated subjects who experience the everyday school.

Keywords: Curriculum policy; ANPEd; Policy cycle; Discourse theory.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo investigar cómo están siendo discutidas y problematizadas las políticas curriculares en los últimos años. Para esto, se analizan los textos presentados en el GT de

¹Pós-doutorando em Educação UFRJ. Doutor em Educação pela UFRJ. E-mail: pmelgaco@uol.com.br

²Mestrando em Ciência da Informação pela UFRJ e o IBICT. E-mail: leandrocb@bol.com.br.

Currículo en la ANPEd en el período 2010 a 2015, buscando identificar los principales recortes temáticos, los referenciales teórico-metodológicos y cómo estos dialogan con las propuestas preconizadas por Ball y Laclau. Fue posible verificar cómo el método ciclo de políticas y la teoría del discurso son provisionalmente hegemónicos entre los referenciales teórico-metodológicos discutidos, sin embargo diversos textos no tomaron en consideración a los sujetos encarnados que vivencian el cotidiano escolar.

Palabras clave: Política de currículo; ANPEd; Ciclo de políticas; Teoría del discurso.

Introdução

O objetivo central deste artigo é investigar como estão se desenvolvendo os estudos em política de currículo nos últimos anos. O interesse que move esta pesquisa é a tentativa de buscar um diálogo entre a produção em políticas de currículo e a realidade do cotidiano escolar. Mais especificamente, procuramos identificar o que tem sido estabelecido como relevante nas discussões de políticas de currículo nestes últimos anos.

De acordo com Lopes e Macedo (2011), as políticas de currículo ainda não têm sido destacadamente investigadas. Os trabalhos mais significativos no campo datam da década de 1980 na Inglaterra seguido pelos Estados Unidos e Brasil na década de 1990, ou seja, no auge das reformas neoliberais. Estas questões refletem diretamente no campo³ educacional e do currículo. A cada momento surgem novas demandas e apostas. Mesmo que provisórias e contingentes surgem novos olhares e possibilidades de analisar e interpretar as políticas de currículo.

Nesta perspectiva, se faz necessário investigar os caminhos seguidos, as tendências, os processos de produção, lutas, disputas, as conquistas, as lacunas, bem como as possíveis influências na determinação de políticas e de práticas curriculares. A partir destas considerações, algumas questões norteiam esta pesquisa: Quais foram os principais temas de pesquisas e produções teóricas no campo da política de currículo nesta década? Como o cotidiano e a realidade escolar estão sendo levados em consideração? Quais os principais autores/as que servem como referências para as pesquisas no campo? Quais/como as universidades estão desenvolvendo discussões e pesquisas para o campo? Quais as ênfases apresentadas? Para tentar responder estas questões, este estudo analisou os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) -

³A noção de campo para Bourdieu (1997) é o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. É um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas, distintas das leis sociais a que está submetido o macrocosmo. Todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar o campo de forças. Este conceito nos ajuda pensarmos lutas que determinados grupos desenvolvem pela manutenção de vantagens e posições, pela manutenção de determinados privilégios materiais e simbólicos (MOREIRA, 2002).

12 nas 33^a a 37^a reuniões da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd, nos anos de 2010 a 2015.

Em relação à escolha da ANPEd, baseando-se em Moreira (2002), é possível afirmar que é uma referência para investigação sobre os caminhos atuais das pesquisas em política de currículo. De acordo com o autor, no GT 12 reúnem-se docentes e discentes que se dedicam a investigar questões de currículo, fazendo com o que se passa no GT corresponda, de fato, a uma caixa de ressonância do que se pesquisa sobre currículo no Brasil. Por conseguinte, um estudo sobre o GT pode certamente contribuir para o maior conhecimento das pesquisas e discussões no campo no Brasil.

Com isso, a relevância deste estudo está na possibilidade de propor uma reflexão, acerca dos principais temas de pesquisa no campo do currículo e ao mesmo tempo permitir uma delimitação e problematização (mesmo que provisória) das principais tendências, além de destacar possíveis lacunas, indicando caminhos para novas pesquisas.

O texto está estruturado da seguinte maneira: uma breve reflexão sobre os caminhos trilhados nos estudos de políticas curriculares; como iniciou e se estruturou o GT 12 da ANPEd; os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; os resultados e discussões dos dados encontrados, os primeiros centralizados nas palavras-chave e o segundo nos referenciais teóricos; e por fim, as considerações finais do estudo apresentado.

Breve reflexão acerca dos caminhos em políticas curriculares

Até a década de 1970, o fato de vivermos em uma sociedade capitalista não provocava questionamentos, pois, era considerado como algo dado. Assim, os trabalhos produzidos pelos pesquisadores buscavam compreender as políticas propostas pelo Estado. De acordo com Lopes e Macedo (2011) esta é a concepção de política como guia para a prática. Uma perspectiva de cunho administrativo onde os especialistas ou a comunidade epistêmica atuam para “produzir diagnósticos e apresentar soluções para as políticas” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 235). É relevante ressaltar que neste momento eles não estavam preocupados em discutir e desenvolver teorias sobre os processos de constituição de determinadas políticas e muito menos criar ou buscar ações de lutas e contestações sobre os caminhos da mesma.

A mudança desta maneira de pensar se deu a partir da emergência da visão de política como ciência social e o desenvolvimento das teorias marxistas que começaram a defender e a questionar as relações diretas entre a base econômica e a superestrutura⁴. Este período é marcado pelo desenvolvimento na Inglaterra da Nova Sociologia da Educação. Um dos trabalhos de destaque é o livro de Bowles e Gintis “A Escolarização na América Capitalista” de 1976. Neste livro os autores desenvolvem a teoria da correspondência. Em outras palavras, são destacadas a correspondência entre as estruturas de produção e social, chamando a atenção para a função reprodutora da escola.

Em face deste pensamento, de acordo com Lopes e Macedo (2011), o foco da investigação sobre políticas de currículo se dirige ao processo de construção teórica e ao entendimento de por que as políticas funcionam de determinada maneira. Neste momento a política passa a ser vista como processual. Fato que envolve contestação, lutas, negociação.

É necessário destacar que este momento coincide com as reformas neoliberais propostas pelos governos conservadores na Inglaterra a partir de 1979, com Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, a partir de 1981, com Ronald Reagan. No Brasil esta concepção de política começa a se desenvolver a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quando são criados os Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim os documentos são analisados como parte dos efeitos dos processos de globalização econômica e cultural e seus impactos na educação (LOPES; MACEDO, 2011).

Nestes dois momentos da trajetória das políticas de currículo, podemos perceber uma separação entre o processo de construção teórico e a implementação. Fato que transmite a ideia de verticalização do processo de pensar e teorizar as políticas. Esta dicotomia passa a ser problematizada a partir dos textos e propostas de Ball que propõe um enfoque tendo como base o ciclo de políticas. Seus trabalhos possuem uma perspectiva desconstrucionista e as análises são críticas e articuladas ao contexto macrossocial. Sua obra é fundamentada teoricamente em uma concepção pluralista, utilizando contribuições de autores como Foucault, Bourdieu, Bernstein, Weber, entre outros (MAINARDES; MARCONDES, 2009).

⁴ Diversos autores/pesquisadores vão desenvolver teorizações sobre este momento. Silva (1999) destaca, entre outros, Althusser com o livro “Aparelhos ideológicos de Estado” em 1971, Baudelot e Establet com a Escola Capitalista na França em 1971. Bourdieu e Passeron com o livro “A Reprodução” de 1970.

O ponto de destaque do ciclo de políticas é pensar em políticas e rejeitar a ideia de implementação, ou seja, o pensamento dicotômico entre quem pensa a política e como ela deve ser vivenciada. Assim o ponto principal é o método, pois, ele que vai informar sobre a forma como pesquisar e teorizar as pesquisas. De acordo com o próprio Ball em entrevista para Mainardes e Marcondes (2009):

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é a textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a política é ação, o que inclui fazer as coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/tranformar estas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação [...] (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p.305)

Neste caminho Ball nos chama a atenção dizendo que as políticas educacionais são pensadas e escritas para escolas idealizadas sem um reconhecimento de variações de contextos, recursos ou capacidades locais. Na abordagem do ciclo de políticas o autor destaca cinco contextos interrelacionados entendidos como conjuntos de espaços públicos e privados de ação. O contexto de influência onde os grupos de interesse⁵ lutam pelos seus discursos políticos busca legitimar suas falas e necessidades sociais e econômicas. Neste momento são estabelecidos os princípios básicos que orientam as políticas, em meio a relações de poder. Os discursos produzidos nesse contexto são entendidos como aqueles que limitam as possibilidades de recontextualização e produção de novos sentidos nas políticas (LOPES; MACEDO, 2011).

Já o contexto de produção do texto político teria a proposta de produzir os textos que tentam representar para as escolas o que é a política como um todo. Este momento envolve as agências executivas e legislativas que assinam os documentos e regulações que tem como função apresentar políticas às escolas e a sociedade. O terceiro contexto é o da prática⁶, neste momento os contextos de influência e de produção do texto são recriados e interpretados, modificando sentidos e significados.

De acordo com Mainardes e Marcondes (2009) os outros dois contextos (dos resultados/efeitos e de estratégia política) não são muito trabalhados por pesquisadores. Para Ball:

Não é útil separá-los e eles deveriam ser incluídos no contexto da prática e influência, respectivamente. Em grande parte, os resultados são uma extensão da prática [...] O contexto da ação política, na realidade pertence ao contexto de influência, porque é parte do ciclo do

⁵ Movimentos sociais, associações privadas, partidos políticos, esferas de governo, agências multilaterais, entre outros.

⁶ Professores, diretores, coordenadores, pessoas que vivenciam o cotidiano das escolas.

processo através do qual as políticas são mudadas, ou podem ser mudadas ou, pelo menos, o pensamento sobre as políticas muda ou pode ser mudado (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p.306).

Contudo, em tempos pós⁷, algumas propostas preconizadas por Ball passam a ser interrogadas: Como compreender a capacidade de ação dos sujeitos de mudarem as estruturas sociais? Como compreender a ação da estrutura sem pensá-la como capaz de cercear as ações dos sujeitos e mantê-los na estrutura?

Nesta perspectiva, mantendo o foco na estrutura-ação proposta por Ball, a discussão sobre políticas de currículo passa a ser aprofundada com a incorporação da teoria do discurso de Laclau. Isso significa trazer para a reflexão as contribuições das teorias do discurso que assumem o deslocamento da compreensão da linguagem do texto para a linguagem da tessitura do real, entendendo a textualidade para além da linguística (GABRIEL, 2013). Com isso, passa-se a operar com a visão antiessencialista do político/social no campo da política de currículo, a ideia de significante fixo é questionada.

A significação é dada por um discurso que estabelece as regras de sentido. O discurso tenta produzir fechamentos de significação, contudo o campo sempre se abre para novos sentidos. Assim, não existe uma essência, não é possível o fechamento dos fenômenos sociais em torno de significados únicos. As múltiplas possibilidades de nomear o mundo mostram que os significados são provisórios e contingentes. Com efeito, um novo quadro de inteligibilidade para o enfrentamento das questões educacionais começa a ser construído.

A partir da justificativa de que não há essência é o conceito de articulação que apresenta o discurso como contingente e provisório e assume um papel central neste processo. De acordo com Gabriel (2013) criar equivalências entre as diferenças e produzir uma ruptura, um corte radical, antagonico que impede o fluxo contínuo e infinito de equivalências entre sentidos. Com efeito, temos os pontos nodais responsáveis por conferir significados parcialmente fixos a um conjunto de significantes. São eles que organizam e sustentam as ordens sociais. Neste jogo político e nesta tentativa de fixar e desfixar sentidos surgem as categorias hegemonia e antagonismo.

⁷ Termo utilizado por Gabriel (2008) para tentar definir o momento atual e reunir os movimentos pós que surgiram apoiados na percepção de que o sujeito social é constituído pela/na linguagem por meio do discurso.

Assim, não havendo estruturas fixas e um único centro de poder, a ordem social é constituída por relações hegemônicas contingentes e precárias. A hegemonia busca preencher o sentido de universal que constitui em uma aporia. Pelo contrário o antagonismo reafirma qualquer possibilidade de fechamento definitivo e marca a disputa política entre os que estão dentro e os que estão fora de um jogo ou formação discursiva.

Pensando em política curricular, o conceito de demanda se torna de fundamental importância, pois, será a articulação em torno de demandas que constituirão propostas hegemônicas. De acordo com Dias (2013) as demandas encarnam as expectativas pelas quais lutam no processo político e com que negociam, tendo em vista a produção de um projeto que alcance a legitimidade tornando-o hegemônico.

A partir desta pequena reflexão sobre a trajetória das políticas curriculares, ou seja, da política como guia para a prática até a compreensão de política como discurso pretendemos investigar como os textos apresentados nesta uma década no GT 12 se apropriam desta discussão e como percebem o cotidiano escolar.

Sobre o GT de Currículo – 12

De acordo com Moreira (2002), a decisão de organizar o GT 12 foi tomada na 8ª Reunião Anual da ANPED. O primeiro encontro de seus membros ocorreu em dezembro de 1985, no 1º Seminário Nacional de Currículo, promovido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Supervisão e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Algumas questões básicas orientaram as discussões no Seminário e vieram a configurar, posteriormente, os eixos dos trabalhos do GT que se formava: a reconceptualização do campo do currículo; o ensino de currículo na universidade brasileira; e a pesquisa em currículo no país. A reunião de 1990 pode ser considerada, em razão do número de trabalhos e da dinâmica desenvolvida, um verdadeiro marco no funcionamento do GT, uma linha divisória.

Em aproximadamente 20 anos o grupo vem discutindo por meio de diferentes referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos relevantes questões inerentes ao campo do currículo, entendido em sua forma mais ampla. Até o ano de 2013 as reuniões foram anuais. A mudança do Estatuto ocorreu em 2012, que estabeleceu a reunião bienal de caráter nacional. Sendo assim, analisamos as 5 últimas reuniões do GT 12:

Quadro 1 – Edições, anos e temas do GT 12

Edição	Ano	Tema
33 ^a	2010	Educação no Brasil
34 ^a	2011	Educação e justiça social
35 ^a	2012	O Sistema Nacional de Educação e Participação Popular
36 ^a	2013	Desafios para as Políticas Educacionais
37 ^a	2015	PNE: tensões e perspectivas para Educação Pública brasileira

Fonte: Os autores (2017).

Nesta perspectiva, ao longo destes anos, os GTs têm representado uma verdadeira força-motriz das reuniões anuais, propiciando significativo espaço de discussão, construção e reconstrução do conhecimento. Também, não podemos negar que os GTs têm estimulado e propiciado uma consistente e sistemática produção em diferentes áreas do campo educacional (MOREIRA, 2002). A seguir descrevemos a metodologia que utilizamos para investigar os caminhos e as discussões ocorridas nas reuniões.

Metodologia

Trata-se de um levantamento da produção de conhecimento sobre políticas de currículo a partir dos trabalhos apresentados nas reuniões do GT 12 da ANPED. Os artigos foram separados por reunião, lidos e categorizados de acordo com o tema de pesquisa, palavras-chave, referenciais teóricos, instituições de ensino. Foram apresentados um total de 103 trabalhos. Para iniciar nossa pesquisa, separamos os resumos, realizamos leituras em busca de perceber a temática proposta por cada um. O levantamento das palavras teve como objetivo tentar perceber o que o/a autor/a encaminhou como central na discussão de artigo.

As palavras-chave poderiam servir como um provável indicador de possíveis caminhos para categorizarmos as temáticas propostas. Os problemas apresentados pelos significados das palavras escolhidas como chave estão ligados aos problemas para cuja discussão estavam sendo utilizados (WILLIAMS, 2007). A categorização ocorreu por temas.

Neste sentido optamos pelos textos que apresentavam entre o título ou as palavras-chave os termos: políticas de currículo, políticas curriculares, políticas educacionais, ciclo de políticas, política para educação superior. Encontramos 23 trabalhos apresentados com o propósito de discutir políticas de currículo, distribuídos da seguinte maneira: 3 em 2010, 7 em 2011, 1 em 2012; 5 em 2013, 7 em 2015.

Quais temas são priorizados nas discussões de política curricular?

No quadro abaixo destacamos as referências, o ano e título de cada artigo, eles podem apresentar os primeiros indícios trazidos pela escolha e tratamento das questões tematizadas em políticas.

Quadro 2: artigos apresentados no GT 12

Referência	Ano	Título
MELLO, J.C.D.	2010	Políticas de currículo na formação de professores: dois estudos de caso etnográfico
ROCHA, A.A.	2010	Manual do professor como prática discursiva curricular: uma possibilidade para discussão de política de currículo
VELLOSO, L.; AXER, B.	2010	Agências e contingências ao longo de uma década: atualizações do currículo Multieducação
DIAS, R.E.	2011	Política curricular de formação de professores- um campo de disputas
GOMES, M.R.L.	2011	As múltiplas práticas políticas dos currículos formação como possibilidades de potencialização da vida e dos sentidos das escolas
MATHEUS, D. S.	2011	Educação de qualidade: o discurso das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica
OLIVEIRA, A.	2011	Repensando a história das disciplinas escolares com base na teoria do discurso
PUGAS, M.C.S.; CRAVEIRO, C.B.	2011	O jogo político nas políticas curriculares: uma análise a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais
ROCHA, V.G.G.	2011	Discursos sobre políticas de currículo na formação de professores: a produção de um estereótipo
THIESEN, J.S.	2011	Análise da constituição da proposta curricular de Santa Catarina pela perspectiva do ciclo de políticas
THIESEN, J.S.	2012	Pelas malhas da rede o que dizem os educadores catarinenses sobre a sua política curricular?
MATHEUS, D.S.	2013	Nexos entre currículo, avaliação e educação de qualidade
OLIVEIRA, A.	2013	Currículo: movimento político tropológico
PEREIRA, E.M.A.; WASSEM J.	2013	Desenho curricular de curso: a percepção de estudantes universitários e os desafios de uma nova política
SANTOS, J.M.C.T.	2013	Políticas para o ensino médio: recontextualizações no contexto da prática
TRITTINI, S.A.C.; CUEVAS	2013	A reconstituição curricular chilena pós-

L.D. L.		ditadura Pinochet
AXER, B.; ROSARIO R.	2015	PNAIC e suas traduções – desafios e negociações envolvendo os processos culturais do currículo
FARIAS, L.C.	2015	Currículo, qualidade e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) no espaço ibero-americano
MOURA, J. O.; OLIVEIRA, O.V.	2015	Política de currículo organizado por ciclos de formação e noções de conhecimento de professores: implicações de uma formação discursiva
OLIVEIRA, A.	2015	O campo pedagógico como antagonismo nas políticas curriculares para o ensino de história
OLIVEIRA, M.B.	2015	Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo
SANTOS, G.M.	2015	Gênero e suas implicações no currículo do Município de João Pessoa
SILVA, R R. D.	2015	Um breve exame das políticas curriculares para o ensino médio na América Latina

Fonte: Os autores (2017).

O quadro revela a amplitude de possibilidades tematizadas pelas políticas de currículo. Neste contexto, diversas áreas do campo do currículo foram colocadas em questão e suas políticas foram discutidas e analisadas.

As políticas de currículo para a formação de professores foram as mais tematizadas e analisadas ao longo dos anos, em 9 artigos os autores/as buscaram: investigar os novos discursos no processo de (re)apropriação/(re)interpretação/(re)significação de documentos curriculares pelas disciplinas Didática e Sociologia da Educação no contexto da prática de duas escolas (MELLO, 2010). Defender o potencial do Manual do professor do livro didático como material empírico para problematizar a discussão sobre os saberes escolares (ROCHA, 2010). Abordar os discursos circulantes em textos produzidos na academia acerca da política pública curricular de formação inicial em serviço que começou a ser oferecida a partir da promulgação da Lei 9394/96 (ROCHA, 2011). Examinar os discursos produzidos ao longo da década de 1996 a 2006 (DIAS, 2011). Problematizar as políticas de educação com foco nas práticas de currículo e de formação continuada de professores que surgem na complexidade das redes de saberes, fazeres, poderes, valores, significados e afetos trançados nestes cotidianos (GOMES, 2011). Discutir os aspectos do jogo político presentes nas articulações

discursivas que configuram os processos de produção das políticas curriculares sobre a formação de professores (PUGAS; CRAVEIRO, 2011). Analisar a trajetória de constituição da política curricular catarinense e suas implicações para a Rede de Ensino (THIESEN, 2011). Investigar percepções de educadores acerca da política curricular (THIESEN, 2012). Analisar os cadernos de formação propostos pelo PNAIC (AXER; ROSARIO, 2015). Apresentar uma análise das noções de conhecimento de professores a partir de uma política de currículo (MOURA; OLIVEIRA, 2015).

Já as políticas circunscritas no campo da históriadas disciplinas foram estudadas em 3 trabalhos, todos da mesma autoria. Oliveira (2011) defendeu a construção de um modelo analítico para a compreensão das políticas curriculares. A mesma autora, 2 anos depois, optou por trabalhar com uma única disciplina, Oliveira (2013), buscou tematizar as políticas curriculares no campo da disciplina história. No encontro de 2015 desta vez a autora apresentou as articulações hegemônicas que visam sustentar a constituição de uma identidade da história bem como o antagonismo que possibilita e simultaneamente impossibilita a sua constituição.

Ao longo destes 5 encontros as propostas curriculares de universidades, municípios, estaduais e internacionais, sejam públicas ou privadas, foram analisadas e discutidas em 4 artigos. Velloso e Axer (2010) se preocuparam em discutir a dinâmica que levou a produção das atualizações da proposta curricular que norteou o trabalho das escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Já Thiesen (2011) buscou analisar a trajetória da constituição da proposta curricular do Estado de Santa Catarina. Pereira e Wassem (2013) investigaram a visão dos estudantes sobre currículo de seus cursos e quais as ênfases curriculares que seriam mais adequadas para prepará-los a viver em uma sociedade e em um mundo de trabalho. No âmbito internacional, Trittini e Cuevas (2013) analisaram os discursos e as demandas que promoveram as duas principais mudanças curriculares desenvolvidas no Chile no período pós-ditadura Pinochet. As discussões sobre gênero foram incorporadas ao GT a partir do trabalho de Santos (2015) que analisou os discursos constituídos e fixados sobre gênero na proposta curricular no município de João Pessoa/PB.

A preocupação com as políticas que tematizam e priorizam a educação de qualidade foi destacada em 2 artigos de uma mesma autora apresentados em 2 encontros diferentes. Matheus (2011) analisou o discurso de educação de qualidade nos documentos das Diretrizes Curriculares como uma produção lideradas pelos sujeitos

que fizeram parte do contexto de produção dos textos da política – o CNE. 2 anos depois, Matheus (2013) discutiu as relações discursivas estabelecidas entre currículo, avaliação e qualidade na política nacional brasileira no período de 2003 a 2011.

As políticas para o ensino médio foram tematizadas nos trabalhos de Santos (2013) discutiu a dinâmica de debate e a realização dos projetos da reforma curricular em escolas a partir do depoimento de professores e uma técnica da Diretoria Regional. Silva (2015) que buscou compreender as racionalidades que orientam as políticas curriculares para o ensino médio na América Latina.

O trabalho de Farias (2015) buscou aliar políticas de currículo a internacionalização, qualidade e tecnologias de informação analisando os discursos sobre as TICs produzidos e difundidos na região Ibero-americana por agências multilaterais. Em paralelo, Oliveira (2015) se preocupou em refletir sobre o aporte teórico capaz de sustentar a discussão em políticas de currículo, abordando o pós-estruturalismo como potencial produtivo na realização de pesquisas empíricas em ciências sociais e educação.

Com efeito, considerando políticas enquanto produção curricular e ao mesmo o currículo como uma política cultural podemos afirmar que as discussões tematizadas no GT 12 servem como caixa de ressonância do campo. Este fato nos revela também a hegemonia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro nas discussões sobre política curricular, uma vez que possui metade dos autores filiados a ela. Com isso, torna-se necessário investigar o referencial teórico utilizado pelos curriculistas do GT para a análise e investigação de suas pesquisas.

O que nos dizem os referenciais teóricos metodológicos

Acreditamos que conhecer os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa pode oferecer pistas sobre os caminhos que a pesquisa em política curricular está sinalizando. Uma leitura atenta mostrou que os referenciais teóricos mais utilizados pelos curriculistas foram o ciclo de políticas (Ball) e a teoria do discurso (Laclau).

A proposta metodológica de Ball, o ciclo de política, certamente pode oportunizar ao investigador a conhecer os diversos contextos de produção de uma política. Assim, possibilitando-o perceber como diversos grupos sociais fizeram a leitura/ releitura deste processo de acordo com suas necessidades e visões de mundo. No conjunto de artigos lidos 3 curriculistas fizeram a opção por esta metodologia.

Thiesen (2011) justificou que recorreremos aos pressupostos de Ball e Bernstein para assumirmos que o campo da política curricular constitui uma arena de lutas onde se expressam diferentes interesses, jogos de influência, relações de poder, afirmação de sentidos e significados, produção discursiva, formas de recontextualização, movimentos de tradução e tantas outras nuances de natureza política, cultural e histórica. Não se trata de avaliarmos a qualidade da proposta, tampouco o conteúdo de suas proposições, trata-se de uma leitura/interpretação da configuração de sua trajetória de constituição, sob a perspectiva dos contextos do ciclo de políticas.

Por este mesmo caminho, Santos (2013) justificou sua escolha afirmando que para dar conta dessa interpretação, utilizou a perspectiva do “ciclo contínuo de políticas” de Ball e Bowe, como apresentados e discutidos, principalmente, por Lopes (2006), Lopes e Macedo (2006; 2011), Ball e Mainardes (2011) e Mainardes (2006). Na perspectiva do “ciclo contínuo de políticas”, as reformas educacionais não são, de forma estanque, oriundas dos governos e da estrutura estatal, mas parte de vários movimentos: o contexto de influência, o contexto de produção de textos e o contexto da prática (MAINARDES, 2006; LOPES, 2006).

A perspectiva pós-estruturalista, por sua vez, pode oferecer um caminho fértil para análises das políticas curriculares. A teoria do discurso pode ser apropriada por diversos curriculistas, a partir de plurais categorias de análises que ela possibilita. Os interesses ao discutir uma política podem variar deste a luta por hegemonia até as demandas em questão. Dentre os artigos investigados 10 curriculistas optaram por este referencial teórico-metodológico.

Rocha (2010) destacou o intuito de dialogar com a perspectiva da análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, LACLAU; MOUFFE, 2006), pois, permite operar com a centralidade da interface cultura/ poder e oferece outros marcos metodológicos para a concepção e a problematização do fazer curricular (GABRIEL, 2007, 2008; LOPES, 2007, 2008; MACEDO, 2006, 2008).

Já Oliveira (2013) defendeu que a utilização da Teoria do discurso poderia auxiliar na compreensão de: (a) como sujeitos do campo discursivo disciplinar de História se constituem e atuam na produção de políticas; (b) como os textos e discursos que são produzidos nesse/para esse campo adquirem significado; (c) como determinados sentidos se hegemonizam; e (d) quais processos de articulação permitem tal hegemonização. A autora ainda destacou que a rede conceitual dessa teoria para

defender a concepção de hegemonia como movimento político-tropológico, estreitando, dessa forma, as conexões teóricas entre política e linguagem, facilitadoras da análise dos processos discursivos de significação.

A possibilidade de unir a proposta do ciclo de políticas com a teoria do discurso foi apresentada por 5 curriculistas dentre os investigados. Como justificativa para esta opção Velloso e Axer (2010) afirmaram a necessidade de buscar um maior entendimento em torno do processo social de construção de formações discursivas provisórias, nas palavras de Laclau (2005), relações contingenciais entre diferentes discursos e demandas, que permitem de fato o diálogo e a negociação entre as mesmas. E destacaram que para as análises as duas produções textuais propostas, trariam o entendimento do ciclo contínuo de políticas de Ball e colaboradores (1992) que nos ajuda a perceber que as formulações de tais documentos curriculares pressupõem três diferentes contextos profundamente articulados entre si: contextos de influência, produção e prática.

Pugas e Craveiros (2011) seguiram o mesmo caminho ao afirmarem que movimento investigativo pretendido no texto parte do contributo da teorização de Ball acerca do entendimento não verticalizado e cíclico das políticas curriculares e da conceituação de discurso de Laclau (2009, 2010), para quem as ideias de fronteira, tensão e hegemonia são, entre outras, imprescindíveis para se pensar o político em termos de articulações que ocorrem por meio do desenvolvimento de lógicas equivalências e diferenciais nas quais se deflagram, ainda que contingencialmente, sentidos universais fixados pelos processos hegemônicos.

Neste processo de bricolagem de referencial teórico-metodológico, Dias (2011) se orientou pela abordagem do ciclo de políticas de Ball (1994, 1998, 2001) para o exame dos discursos produzidos ao longo da década analisada e do trabalho de Laclau (1996, 2005, 2006) para sobre demandas e os processos de articulação nas políticas.

Contudo, 4 curriculistas buscaram outros referenciais para além dos citados. Gomes (2011) buscou assumir como possibilidade de fazer/pensar a pesquisa a teoria das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994) e é a partir desse caminho teórico-metodológico-epistemológico e político que problematizou as políticas educacionais que se constituem nesses múltiplos contextos cotidianos; de modo mais específico, os contextos dos cotidianos que se tecem nas redes que envolvem as escolas.

Por sua vez, Pereira e Wassen (2013) enfatizaram que trabalho apresentado se assenta no conceito mais vasto de contextualização curricular, uma vez que diz respeito aos processos mediante os quais o currículo se torna significativo para os que o recebem (ELLIS, 2004). As pesquisas que estudam uma temática baseada na opinião dos sujeitos envolvidos com ela estão interessadas na posição destes diante de determinados aspectos dessa “realidade”. Segundo Richardson (1999), há uma correlação entre atitudes, opiniões e interesses quando estes se referem a sentimentos ou preferências. Enquanto as atitudes e os interesses são predisposições para reagir de forma negativa ou positiva a respeito de algo, as opiniões são reações específicas frente a esse algo.

A investigação também revelou que nenhum curricularista utilizou como reverência a ideia de política como guia à prática. Assim como, também, não foram encontrados textos que se utilizassem os referenciais marxistas, ou seja, os referenciais que investigavam o processo de implementação de políticas a partir de uma a visão vertical de que existe um centro único de poder. Santos (2013) destaca que tentamos nos afastar das análises estadocêntricas que desejam a política como direcionadas pelo estado e implementadas pela escola, deixando quase nenhuma perspectiva de reelaboração pelos sujeitos, a não ser resistir ou implementar o projeto imposto.

Um olhar sobre os referenciais teóricos utilizados pode coadunar com Lopes e Macedo (2011), quando afirmam que o enfoque discursivo nas políticas de currículo se desenvolve amplamente com os estudos na linha de pesquisa currículo: sujeitos, conhecimento e cultura da UERJ. De fato, dos 23 artigos apresentados ao longo destes 5 anos de encontros, 12 foram produzidos por pesquisadores da UERJ. Com isso, podemos reforçar a hegemonia deste grupo no contexto das políticas curriculares no Brasil.

Conclusão

Os caminhos pelos quais estão trilhando as discussões no campo das políticas curriculares foi a questão que esteve implícita ao longo deste texto. Para tal, investigamos o GT 12 da ANPEd, tido como um dos principais encontros de pesquisadores em educação do Brasil, ou seja, uma caixa de ressonância das discussões das principais universidades brasileiras.

Os textos nos mostraram as principais temáticas, os referenciais teórico-metodológicos trabalhados pelos curricularistas. Contudo, uma questão não pode ser deixada de lado: - como as escolas e os sujeitos encarnados são levados em consideração

nestes textos? Nos artigos foram analisadas as políticas de formação de professores, as propospostas curriculares, entre outras, estavam, de certa forma, relacionadas com a escola.

Assim, alguns pesquisadores foram ao lócus de interesse e deram vozes aos sujeitos⁸. Dentre eles podemos destacar: Mello (2010) que realizou um estudo de caso tipo etnográfico, Velloso e Axer (2010) realizaram encontros com a comunidade escolar, Thiesen (2011) que verificou o trabalho dos professores e como estavam entendendo e trabalhando as propostas curriculares, Gomes (2011) que foi a escolas da rede municipal, Santos (2013) que realizou questionários semiestruturados em 4 escolas, Pereira e Wassem (2013) que pesquisaram alunos da Universidade Estadual de Campinas e Moura e Oliveira (2015) que entrevistaram professores. Nesta perspectiva em um universo de 23 pesquisas, 7 consideraram e procuraram dar voz aos sujeitos encarnados do cotidiano escolar.

Estes dados são significativos, principalmente se refletirmos em conjunto com os referenciais teórico-metodológicos. Os dois referenciais mais utilizados pelos pesquisadores foram o método do ciclo de políticas e a teoria do discurso. Como dito, o método proposto por Ball que permite a percepção dos caminhos da política em seus diversos contextos, apresentando grandes possibilidades para os pesquisadores. Desta forma, todos os curriculistas que optaram por esta metodologia foram ao contexto da prática, ouviram os sujeitos envolvidos

Por outro lado, a teoria do discurso como um aprofundamento na discussão teórica sobre políticas de currículo, apresenta um campo fértil e produtivo para as pesquisas. No entanto, nenhum trabalho apresentado que utilizou este referencial levou em consideração os sujeitos encarnados que vivenciam as políticas. Investigaram as demandas que determinaram a produção da política, mas não levaram em consideração como ela esta sendo desenvolvida. Contudo os curriculistas que optaram por amalgamar os dois referenciais teóricos conseguiram em nossa opinião lograr um maior sucesso. Ao mesmo tempo em que conseguiram entender a política em sua própria significação, conseguiram ir a campo conhecer como os sujeitos encarnados vivenciam este processo.

O campo de pesquisas em políticas curriculares deve ser compreendido como um campo de lutas para além da significação, pela justiça social, pela emancipação e

⁸ É importante ressaltar que estamos cientes de que esta modalidade de pesquisa não constou no objetivo de todos os textos estudados.

transformação social. Neste sentido a produção e valorização de referenciais teóricos e de pesquisas de campo que indiquem caminhos que possibilitem a conformação de novas subjetividades sempre será uma meta a ser alcançada.

Referências

- BOURDIEU, P. *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA, 1997.
- DIAS, R. E. Demandas das políticas curriculares para a formação de professores no espaço ibero-americano. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 461-478, 2013.
- GABRIEL, C. T. Conhecimento escolar, cultura e poder: desafio para pensar o campo do currículo em “tempos pós”. In: MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 212-243.
- GABRIEL, C. T. Teorias do currículo e pós-fundacionismo: essencialismos em questão. In: MORGADO, J. C.; SANTOS, L. L. C. P.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). *Estudos curriculares: um debate contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2013. p. 47-64.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.
- MOREIRA, A. F. B. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 81-101, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15553.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em Setembro de 2017

Aprovado em Novembro de 2017

Publicado em Dezembro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 19

11 de dezembro de 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 19 – Dezembro de 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

SILVA JR., P. M.; BORGES, L. C. Entre políticas de currículo e escolas: que caminhos conduzem as discussões do GT de Currículo da Anped?

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>